

Povos Indígenas no Brasil

Fonte FOLHA METROPOLITANA Class.: 1050

Data 23/04/86 Pg.: 190

Presidente da Funai é contra a alteração na legislação que protege o índio



Qualquer alteração na legislação que protege o índio brasileiro não deve ser levada à Assembleia Nacional Constituinte, em função das pressões políticas e econômicas que poderão influir na modificação da constituição e das leis como o Estatuto do Índio. Esta posição foi defendida em Brasília, pelo presidente da Funai, Apoena Meirelles, ao fazer um balanço do programa de descentralização do órgão e da situação do índio no Brasil, que teve o seu dia comemorado no último dia 19, em todo o País. "A grande questão do índio nunca foi jurídica, nem antropológica - defendeu Meirelles. Os problemas que o índio brasileiro vem enfrentando estão mais ligados à estrutura viciada da Funai que estamos agora modificando".

Mesmo defendendo que o índio no Brasil, cada vez mais vai se integrando à sociedade brasileira, o presidente da Funai acha que este não é o momento para se discutir a sua emancipação, modificando-se a legislação em vigor, como defendem técnicos do Ministério do Interior. Ele acha que, no momento, a Funai deve estar aparelhada para atender os índios, mudando a metodologia de trabalho de forma a dotar ações diferenciadas para atender os grupos que vivem graus diferentes de aculturação.

Política de clientelismo

"O problema maior que enfrentamos atualmente - disse ele - está ligado ao fato de que a realidade do índio, hoje, mudou muito, mas a Funai continuava com a mesma estrutura de vinte anos atrás. A excessiva concentração do órgão, em Brasília, e a sua burocratização, causaram os principais problemas que hoje enfrentamos, como a política do clientelismo, que nos últimos anos, vinha trazendo centenas de índios a Brasília". Apoena afirma que não se pode culpar apenas os índios por esta política de clientelismo. "O índio viciou em Brasília - afirmou Apoena - e agora estamos tentando descondiçioná-lo mostrando que através da pressão e até da violência ele não vai conseguir o que precisa".

Apoena garante ter "total esperança" de que o programa de descentralização que vem realizando será bem sucedido. "Se não der certo - acentuou - pelo menos eu terei sido o primeiro dirigente do órgão que tentou acertar. Ainda sobre o risco do programa não dar certo, Apoena afirmou que "teria sido tranquilo e cômodo" para ele ter saído da Funai em fevereiro, quando chegou a pedir ao Ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto, demissão do cargo em função dos problemas que

a fundação vem enfrentando. Na ocasião ele colocou como condição para permanecer no cargo o imediato processo de descentralização do órgão.

Ele acredita que a partir desta semana, quando o Ministro do Interior, Costa Couto, anunciar os nomes dos dirigentes das seis superintendências regionais que estão sendo criadas em Belém, Manaus, Recife, Curitiba, Cuiabá e Goiânia o programa, que conta com recursos de 150 milhões de cruzados para sua implantação, começará de fato a funcionar.

"Os privilégios vão acabar"

Quanto às reações de grupos de índios e de indianistas contrários ao programa de descentralização,

Apoena afirma que estas reações são naturais e previsíveis. "Pela própria situação geográfica de suas aldeias como é o caso dos índios Xavantes - afirma Apoena - muitos índios até agora vinham recebendo tratamento privilegiado em relação aos demais. Com o programa de descentralização, no qual o presidente da Funai passa a não ser mais o gestor financeiro dos recursos, mas sim as superintendências, os privilégios vão acabar, e por isso, muitos reagem".

Apoena explicou que a Presidência do órgão, em Brasília, que contará com cerca de sessenta funcionários, será estruturada após a implantação das superintendências regionais. Em Brasília, funcionará uma coordenação de terras, ligadas às divisões que funcionarão junto às superintendências, voltadas para a delimitação e demarcação

das terras indígenas. Segundo ele, a questão das terras indígenas não ficará sujeita às pressões dos governos estaduais com a descentralização, porque a criação de novas áreas continuará sendo julgada por um grupo interministerial e sua aprovação submetida ao Presidente da República.

Ele defende, ainda, que o grande desafio do órgão, no momento, é de conseguir dar um tratamento diferenciado ao índio brasileiro. Para tanto, ele quer transferir para as superintendências o corpo técnico da Funai, hoje concentrado em Brasília. "Não podemos continuar a manter técnicos em Brasília apenas para dar parecer em processos - disse Apoena. Cada superintendência contará com uma Assessoria de Estudos e Pesquisas Aplicadas, para levantar os problemas de cada grupo indígena na região onde eles vivem".